

REDE DE SERVIÇOS: GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS À PESSOAS TRANS NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Barbara Caroline Martins Oliveira¹

Laura Michele Serrão Lima Gomes²

Adriana de Azevedo Mathis³

RESUMO

O presente trabalho apresenta um levantamento das redes de serviços, instituições governamentais municipais e estaduais que atuam com pessoas trans e a articulação entre essas redes na garantia dos direitos sociais de pessoas trans no município de Belém. Este estudo é de natureza qualitativa e tem por metodologia: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com o levantamento das redes de serviços por meio de sites, visitas institucionais, reuniões com gestoras/es governamentais. Os resultados mostram que existe articulação entre as instituições visitadas, por meio de encaminhamentos feitos entre as instituições que trabalham com pessoas trans. Porém, há um desconhecimento destes serviços por parte da população, seja por parte das pessoas trans, ou seja, por parte de profissionais que de alguma forma atendem, mesmo que com frequência menor, pessoas trans. Assim como existe a necessidade de fortalecimento de políticas públicas direcionadas a este segmento, particularmente políticas sociais relacionadas a educação e empregabilidade para pessoas trans.

Palavras-chave: Rede de Serviços, Pessoas Trans, Políticas Públicas.

1 Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); Residente do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI na Clínica de Atenção à Violência (CAV/ICJ/UFPA); Gerente da Diversidade Sexual e Gênero da Secretária de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Estado do Pará (SEIRDH). E-mail: barbaramartinsoliveira18@gmail.com;

2 Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: lmichele.lgomes@gmail.com;

3 Professora Dra. de Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA); E do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adriana.azevedo.mathis@gmail.com;

INTRODUÇÃO

O presente artigo⁴ discute a articulação e organização das redes de organizações governamentais (GLOS, CDS, CEDS, NDDH/DPE, entre outros) na garantia dos direitos sociais de pessoas trans⁵ no município de Belém. Este estudo foi realizado a partir da teoria social crítica e tem por metodologia uma análise de natureza qualitativa com pesquisa de campo, contendo os seguintes passos: pesquisa bibliográfica, levantamento das redes de serviços por meio digitais, visitas institucionais com descrição em diário de campo das reuniões com as/os gestoras/es dessas instituições.

Chegou-se a esse tema após observar que, na realidade prática, há um desconhecimento dos serviços e locais de atendimento que são ofertados no município para as pessoas trans da população em geral, seja o público-alvo dos atendimentos, seja os/as profissionais. Tal fenômeno foi observado a partir da experiência e atuação de uma das pesquisadora em movimentos sociais (Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia – GRETTA), a qual identificou-se a necessidade da visibilidade dessas informações e acessibilidade das mesmas, tanto para as/os usuárias/os como para população em geral.

O desenvolvimento deste trabalho está dividido em quatro tópicos: no primeiro tópico, apresenta-se uma breve discussão geral sobre preconceito e transfobia. No segundo tópico, evidencia-se uma discussão sobre política sociais. No terceiro tópico, identificam-se as redes de serviços ofertadas para pessoas trans em Belém. E por fim, apresenta-se uma análise sobre a articulação dessa rede a partir das reuniões com as/os gestoras/es dessas instituições visitadas pela pesquisadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo pretende mapear a rede de serviços que se apresentam por meio de projetos e ações da política social direcionada para pessoas trans no município de Belém, sujeitos da comunidade de pessoas travestis e transexuais⁶, que no Brasil são indivíduos que vivem, em sua maioria, em condições de pobreza e

4 Este estudo é parte do resultado da pesquisa de conclusão do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA.

5 Mulheres Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans, são as identidades políticas que serão utilizadas durante a construção desse artigo.

6 Pessoas que se identificam com o sexo oposto ao sexo biológico determinado ao nascimento. “São as pessoas que, tendo sido registradas no sexo masculino ou feminino ao nascerem, se identificam como sendo de outro gênero.” (CFESS, 2016, p. 10)

vulnerabilidade política e social, a partir de determinantes sociais e históricos, como o preconceito, o patriarcado e o conservadorismo religioso, que beira ao reacionarismo, naturalizando a violência e discriminação contra pessoas trans (Transfobia).

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2016), a transfobia acontece desde a infância contra pessoas trans, de diversas formas a exemplo, abandono e negligência, opressões e violências em geral e sem a intervenção do Estado contra esse tipo de discriminação.

Diante disso, o Brasil torna-se o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁷ sobre violência contra pessoas trans no Brasil observa-se que desde o ano 2017 (Benevides, 2022) o Brasil foi apontado como o país que mais matou pessoas trans no mundo, sempre seguido pelo México em segundo lugar e pelos Estados Unidos na terceira posição, estes três países seguem na liderança do ranking de mortes nos últimos cinco anos. (Benevides, 2022)

Ainda segundo o dossiê, o Estado do Pará está entre os dez estados com maior número de violência no Brasil, ocupando a oitava posição entre os estados brasileiros que mais mataram pessoas trans, com o número total de 31 casos de assassinatos entre os anos de 2017 e 2021 (Benevides, 2022).

Estes dados podem revelar resultados desafiadores para a implementação de políticas públicas no município de Belém, no que tange o combate a transfobia, uma vez que: “as instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos básicos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus-tratos, humilhações, desrespeito)” (CFESS, 2016).

A população trans é dentre as outras siglas da comunidade LGBTQIA+, a que mais sofre violência e negação de direitos. De acordo com Bonassi. et. al. (2015) observa-se

Os tipos mais frequentes são a discriminação, as violências psicológica, física e institucional, sendo indicados também os serviços de segurança pública, educação, saúde e assistência social como autores. (BONASSI, et. al., 2015, p. 83).

Diante de diversas formas de discriminação e violência que as pessoas trans são submetidas, identifica-se a necessidade de políticas públicas que garantam

⁷ Os relatórios podem ser encontrados no site da ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

direitos sociais básicos para esse segmento social e a possibilidade de viver/conviver em sociedade e exercer a sua cidadania. Para Marinho (2018) é necessário um “esforço teórico-conceitual e prático-político” pois, é um tema inter e multidisciplinar, além disso, deve-se considerar a realidade vivenciada por esses sujeitos/os por meio de suas experiências e relações de gênero desta sociedade patriarcal.

Potyara (2008) no texto “Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.” trás uma diferença sobre política e política social. Para descrever brevemente sobre política em seu sentido clássico, Potyara (2008) caracteriza como temas clássicos da política “eleições, voto, partido, parlamento, governo” (2008, p. 87). E que “a política constitui uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, tendo por isso caráter conflituoso.” (2008, p. 88). Dessa forma, a política em seu sentido clássico trata de mediar conflitos de interesses, buscando a convivência entre os diferentes, por meio do Estado democrático de direito.

Potyara (2008) destaca que através da política pode-se haver a ampliação da cidadania, permitindo “a valorização da dimensão social”. Desta forma, a autora afirma que: “É justamente por ser conflituosa (e contraditória) que a política permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação de cidadania. É por meio da luta política que a cidadania se amplia e amadurece” (2008, p. 91).

Sobre a discursão de política social, traz-se o debate de Potyara (2008) sobre política pública, “uma ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo” (Potyara, 2008. p. 94). A partir disso, compreende-se sendo este, um papel fundamental dos movimentos sociais na busca pela garantia de direitos sociais por meio de políticas públicas para suas causas específicas, como a luta das mulheres, negros e negras, indígenas, população LGBTQIA+, entre outros. Para a autora, uma das principais funções da política pública é “a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei” (2008, p. 101), caracterizando-a como um direito de todos ou direito universal.

Para Bonassi, et. al. (2015, p. 84) “Pensar políticas públicas que legitimam formas não-heterossexuais e não cisnormalizadas de sexualidade é colocar a cisheteronorma em prova”. Sob essa lógica, elaborar e criar políticas públicas voltadas para as pessoas trans é uma forma de desconstruir com padrões cisheteronormativos impostos na sociedade machista e transfóbica.

Bonassi et. al. (2015) também destaca que práticas do Estado cis-hétero insistem em marginalizar a população LGBTQIA+, em especial a população trans,

vista historicamente como pessoas com discordância/conflito mental, como a disforia de gênero. Para a autora é fundamental a deslegitimação dessas práticas:

Desestabilizar a heterossexualidade compulsória, assim como a cis-normatividade, é deslegitimar estratégias de poder que insistem em manter a população LGBT marginalizada em guetos, confinada em diagnósticos de transtornos mentais, sendo coagida por promessas de cura e terapias de reversão a um “estado cisgênero e heterossexual”, ou seja, a uma pretensa equivalência entre sexo/gênero engessada à naturalização de uma construção social e histórica . (Bonassi et. al. 2015, p. 85)

Coaduna com esse pensamento, o Conselho Federal de Serviço Social (2016) o qual também se posiciona, em sua série de cadernos, no combate a transfobia, e destaca a necessidade de conhecer e compreender que essa população não está inclusa no hall de “doenças psiquiátricas e/ou desviante”, e sim encontra-se diante de “variações do comportamento social e não de doenças” (CFESS, 2016. p. 13).

No município de Belém, existem instituições governamentais e não governamentais que trabalham diretamente com pessoas trans, através de políticas, projetos e ações que viabilizam direitos básicos dessa população na capital paraense. Dessa forma, faz-se necessário que haja um mapeamento qualificado sobre a rede de garantia de direitos sociais para este público no município de Belém, para que esses usuários/as conheçam as redes de serviços ofertados, bem como para que as/os profissionais que atuam com essa população, possam realizar um encaminhamento adequado as redes de serviços para população trans de Belém.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As redes de serviços para pessoas trans no município de Belém serão evidenciadas a seguir com base na análise das reuniões descritas no instrumental diário de campo realizadas com 08 (oito) gestores e diretores de 06 (seis) instituições de âmbito municipal e estadual. As reuniões foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2022, sempre partindo de perguntas gerais e algumas mais específicas sobre os projetos. Entre as/os gestoras/es, tem-se um do sexo masculino e sete do sexo feminino. Destaca-se que entre elas/es, três identificam-se como pessoas trans.

Entre as instituições estão: em âmbito municipal, a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CDS); em âmbito estadual: a Gerência da Livre Orientação Sexual (GLOS); Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS); Núcleo de Defesa dos

Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado (NDDH); Ambulatório Transexualizador do Estado do Pará; Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e LGBTfóbicos (DCCDH), conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Rede de Serviços em Belém

Rede de serviços em Belém					
INSTITUIÇÃO	CONTEXTO	OBJETIVO	SERVIÇOS PRESTADOS	PUBLICO ALVO	CRITERIOS DE SELEÇÃO
CDS - PMB	Municipal	Articulação política	Atendimento, acolhimento, orientação e encaminhamentos	LGBTQIA+	Cadastro e demanda espontânea
CEDS	Estadual	Articulação política	Formular e propor diretrizes de ações governamentais	LGBTQIA+	Eleição
GLOS - SEJUDH	Estadual	Articulação política	Atendimento, acolhimento, orientação e encaminhamentos	LGBTQIA+	Cadastro e demanda espontânea
NDDH/DPE	Estadual	Garantir Direitos Humanos	Assistência jurídica	População em geral e LGBTQIA+	Agendamento
DCCDH	Estadual	Combater crimes LGBTfóbicos	Processo criminal	População em geral e LGBTQIA+	Demanda espontânea
AMBULATÓRIO TT	Estadual	Acompanhar o processo transexualizador	Serviços de saúde	Pessoas trans	Cadastro (regulação SUS)

Fonte: Elaborado por OLIVEIRA (2022).

1.1 Rede de serviços municipal e estadual

Na rede municipal tem-se a Coordenadoria da Diversidade Sexual de Belém (CDS) criada em 2019 com o intuito de promover políticas públicas para população LGBTQIA+, fazendo o trabalho de controle social em parceria com os movimentos sociais LGBTQIA+, voltada a garantia dessas políticas na cobrança das secretarias municipais para que a pauta LGBTQIA+ seja incluída em suas políticas, pois a CDS não é finalista na criação de políticas. O principal objetivo da coordenadoria é fomentar e articular políticas públicas para população LGBTQIA+ em âmbito municipal com a valorização do acesso aos serviços da CDS de acordo com as suas especificidades.

Na rede estadual tem-se a Gerência da Livre Orientação Sexual do Estado do Pará (GLOS), a qual faz parte da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e

Direitos Humanos (SEJUDH) e suas diretrizes e ações são voltadas para a política de proteção e defesa de direitos humanos da população LGBTQIA+. Esta Gerência tem por principal objetivo a interlocução das políticas públicas transversais para o enfrentamento da LGBTfobia e para a promoção dos instrumentos de acesso à cidadania e garantia dos direitos humanos desses sujeitos.

A GLOS também recebe demandas de violações de direitos, por exemplo, quando em alguns espaços pessoas trans tem a negação do uso do nome social ou a sua identidade de gênero desrespeitadas em serviços públicos ou privados, e quando ocorre essas demandas, a GLOS faz uma primeira orientação, acolhimento e encaminhamentos para os órgãos responsáveis, como exemplo, para o NDDH da Defensoria Pública do Estado.

Outro órgão fundamental na defesa de direitos as pessoas trans é o Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS/PA) o qual foi instituído pelo decreto normativo nº 1.238/2008, de 02 de outubro de 2008. É um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, de composição paritária entre governo e sociedade civil organizada, integrante de estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Sua finalidade é propor e aprovar as diretrizes orientadoras de implementação das políticas públicas destinadas a população LGBTQIA+, à promoção e a defesa dos direitos desse segmento, bem como definir prioridades e controlar ações voltadas para esse público.

O monitoramento se dá em âmbito da interlocução entre o Estado e o movimento social, bem como, a expansão das políticas LGBTQIA+ para os outros municípios do Estado, com o objetivo de descentralização dessas ações da capital paraense.

Ademais, o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará (NDDH – DPE), desempenha papel fundamental com a população trans, na garantia legal de modificação do nome civil e de gênero na certidão de nascimento, pois antes do provimento 73⁸ do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), todos os pedidos realizados eram realizados de forma judicial e isso trazia uma descrença no processo judicial com a documentação obrigatória legal.

O Ambulatório Transexualizador do Estado do Pará inaugurado em 08 de outubro de 2015, sendo o 5º Estado a alcançar esta política de saúde e o 1º da região norte do Brasil. Os serviços de saúde do ambulatório contam com uma

8 O provimento 73 que resolve em seu Art.1º “Dispor sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil de Pessoas Naturais.” (CNJ, 2018), retirou-se a obrigatoriedade do aspecto judicial dos processos de retificação de nome civil, e com isso, o NDDH consegue realizar o processo de forma extrajudicial, requisitando dos cartórios a retificação de nome civil e de gênero na certidão de nascimento de forma totalmente gratuita, principalmente para pessoas trans com baixa renda (hipossuficiente).

equipe multiprofissional composta de médica endocrinologista, ginecologista, psicóloga, assistente social, enfermeira, fonoaudióloga, nutricionista, terapeuta ocupacional, e com uma técnica administrativa. Assim como, também há o encaminhamento para outras especialidades quando necessário, através da regulação do SUS.

Os serviços mais procurados pelas pessoas trans no ambulatório são os atendimentos psicológicos e o acompanhamento médico endocrinologista com a hormônio terapia, pois para o encaminhamento ao hospital Jean Bittar, onde são realizadas as cirurgias de modificações corporais, é necessário o acompanhamento de, no mínimo, dois anos com o psicólogo e endócrino. Esses são os profissionais que assinam o parecer avaliando se a pessoa trans está apta ou não para realizar as cirurgias, e encaminham ao psiquiatra do hospital Jean Bittar.

Finalmente, a Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e LGBTfóbicos (DCCDH - PC/PA) atende demandas da comunidade LGBTQIA+ em relação a violência sofridas em razão, apenas, da discriminação por LGBTfobia, com uma quantidade de demandas expressivas de discriminação contra pessoas trans. A delegacia faz o colhimento com essas pessoas que estão em situação de vítimas de um crime discriminatório, assim como também é realizado a apuração criminal em razão do crime, fazendo o procedimento policial. Quando finalizado o procedimento policial, e quando há algum desdobramento necessário, é realizado encaminhamentos para os devidos órgãos. E por fim é encaminhado direto para o judiciário ou ministério público como ação penal, e com isso, virar um processo criminal.

Na sequência, demonstra-se a partir das reuniões realizadas com as/os gestoras dessas instituições apresentadas até aqui, a organização e a interlocução desses serviços ofertados as pessoas trans no município de Belém/Pa.

1.2 Análise do diário de campo: As reuniões com as/os gestoras/es institucionais.

Este item apresenta a síntese das reuniões realizadas com as/os gestoras/es das instituições (CDS; GLOS; CEDS; NDDH; DCCDH; e Ambulatório Trans) que prestam algum tipo de serviço as pessoas trans no município de Belém/Pa.

Na reunião realizada com a CDS estavam presentes a assessora e coordenadora da instituição no qual destacam: a necessidade de efetivação, fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas a essa população, pois acreditam que seja pela “vulnerabilidade social” que sofrem, e por isso não conseguem acessar determinadas políticas e bens públicos; além disso, observa-se que a

principal dificuldade das pessoas trans do acesso aos serviços ofertados é a questão financeira. Por isso a necessidade de levar alguns serviços, como a entrega das cestas orgânicas, até a residência das beneficiárias que se encontram em extrema pobreza constatada devido a pandemia de covid-19, combatendo minimamente a insegurança alimentar.

Ainda sobre as dificuldades vivenciadas por este público, o gerente da GLOS, enfatizou também a questão financeira, decorrente da exclusão do mercado de trabalho e da evasão no âmbito escolar que impossibilita de terem uma profissão. Neste sentido, nota-se a importância da criação e implementação de políticas públicas voltadas para a empregabilidade e educação de pessoas trans, assim como a capacitação profissional, pois estas políticas podem refletir de forma positiva na vida dessa população, a partir da sua autonomia financeira, e com isso, ter mais acesso aos serviços ofertados.

Observou-se na reunião, como ponto positivo o reconhecimento dessa instituição pelas pessoas trans, destacaram termos como receptividade, representação e acolhimento e que anteriormente os serviços eram desconhecidos pela maioria da população trans, assim como, os serviços da secretária, e agora observa-se muitas pessoas trans presentes nos espaços da SEJUDH se sentindo pertencente nestes espaços com o atendimento humanizado.

Dessa forma, observa-se a importância da representatividade de pessoas trans ocupando os espaços públicos, em todos os âmbitos, seja em cargos técnicos, de gerência, coordenação, entre outros, pois isso representa o reconhecimento da sua identidade ao se dar visibilidade para outras pessoas trans em espaços públicos e de poder, inferindo-se assim que a “receptividade positiva” apontada pelo gerente da GLOS pode ser decorrente dessa representatividade.

Ainda sobre a receptividade, a representante do NDDH afirma que há uma boa receptividade das pessoas trans, considerando principalmente, o serviço ofertado: a retificação de nome civil de pessoas trans. Foram realizados mais de 300 processos desde o seu primeiro caso de alteração no Pará. Existe uma alta demanda de casos para retificação de nome de pessoas trans, importa salientar que este órgão é o único a ofertar este serviço gratuitamente, adicionalmente destaca-se, a partir da experiência de estágio da pesquisadora neste lócus, a observação de um espaço de respeito e credibilidade no serviço ofertado.

Na sequência, em reunião com a defensora pública observa-se que a principal dificuldade está na estrutura física e limitação de profissionais, concentrando assim, os atendimentos na capital impedindo a ampliação dos serviços para os outros municípios do Estado.

Neste sentido, observa-se a partir das reuniões institucionais, a deficiência de atendimento aos usuárias/os trans de outros municípios, decorrente da concentração de serviços em Belém por falta de profissionais capacitados para atuar na área do serviço ofertado a essa população no interior do Estado, assim como, a concentração dos serviços em Belém, tornando-se uma dificuldade para pessoas trans que residem em municípios do interior do Estado do Pará que desejam fazer a alteração de nome civil em seus documentos oficiais.

Sobre isso, a coordenação do Ambulatório Trans destaca, que umas das principais dificuldades é a centralização dos serviços do ambulatório serem realizados apenas na capital, pois muitos usuários têm dificuldade de chegar até o serviço ou os municípios não garantem o benefício do TFD – Tratamento Fora de Domicílio, impossibilitando o acesso aos serviços ofertados, bem como, impossibilita a reafirmação da sua identidade de gênero sem o uso da terapia hormonal com acompanhamento de profissionais qualificados, o que pode levar a complicações de saúde futuras

Outra dificuldade apontada é sobre as denúncias de violação de direitos, que segundo a delegacia da DCCDH o procedimento é permeado de receio e o medo relacionadas a exposição da violência sofrida seja ela social ou institucional, assim como, relações de poder, considerando principalmente que os violadores, em sua maioria, são pessoas conhecidas ou influentes na sociedade.

Outra dificuldade observada durante a reunião, destacada pelos gestores é a falta de conhecimento da existência da delegacia e dos direitos legais garantidos. Dessa forma, o desconhecimento desse direito gera falta de dados oficiais sobre a transfobia, mesmo com dados alarmantes de violências gerados por instituições dos movimentos sociais. Portanto, é preciso que o serviço da DCCDH seja amplamente divulgado, além disso compreende-se também a necessidade de um serviço ou programa que garanta o sigilo e a proteção de quem faz este tipo de denúncia, talvez assim, estes dados aumentem e diminua os casos de subnotificação, os quais hoje são latentes e notórios. Neste sentido, põe-se em relevo que talvez não haja desconhecimento dos serviços ofertados pela delegacia, mas sim, não denunciar esteja relacionado ao medo, a exposição, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste estudo conclui que, há articulação entre as instituições que atuam na rede de serviços para pessoas trans no município de Belém, porém há dificuldades de ampliação dos serviços ofertados pelas instituições, assim como há pouca divulgação dos serviços para amplo conhecimento da população em

geral, como a divulgação por meio das grandes mídias de comunicação ou nos sites e mídias sociais dos órgãos do governo.

Esta dificuldade de ampliação dos serviços ofertados, bem com a destituição de direitos sociais básicos, contribui para segregação e subalternização de pessoas trans, impossibilitando o rompimento e superação dos ciclos de violência e discriminação sofridas por pessoas trans (Transfobia). Bem como, a falta de serviços públicos ofertados no interior do Estado, concentrados apenas na capital, dificulta que pessoas trans assumam a sua identidade de gênero, como exemplo, a iniciação da transição de gênero, alteração de nome social ou civil, uso de terapia hormonal, entre outros.

Diante do exposto, observa-se uma rede básica de serviços e ações (política de saúde, assistência social, segurança pública, entre outros), através das instituições articuladas entre si, para as pessoas trans no município de Belém. Porém, ainda é deficitária, considerando sua concentração em Belém, o que sobrecarrega as instituições com as demandas de pessoas trans de outras cidades, desta forma há a necessidade de ampliação desses serviços para os outros municípios do Estado do Pará.

Ademais, há a necessidade da criação de um conselho municipal de políticas voltadas a população LGBTQIA+, como o Conselho Estadual da Diversidade Sexual, para formular e propor diretrizes de ações governamentais em âmbito municipal em Belém. Tais instituições aliadas aos movimentos sociais podem potencializar a luta do movimento trans, assim como, criar, garantir e defender políticas sociais públicas voltadas a população trans em âmbito municipal e estadual.

Portanto, há necessidade de mecanismos e instrumentos (folder, cartilhas, mídias sociais) para melhor compreensão da organização dos serviços e projetos que visam melhorias nas condições de vida das pessoas trans no município de Belém. Assim como a necessidade de ampliação dos serviços ofertados e criação de novas políticas sociais que atendam as necessidades da população trans garantindo a sua proteção e cidadania, como exemplo, a criação de uma casa ou centro de acolhimento para pessoas trans em situação de violência ou de direitos violados, pode ser um aparato estatal que pode desenvolver melhorias nas condições de vida dessas pessoas por meio de políticas sociais de combate a transfobia.

Diante dessa visão, pode-se afirmar que esses instrumentos de apoio são espaços de resistência perante a realidade vivenciada por essa população no que tange a discriminação e a negação de direitos, uma vez que, esses espaços podem atender pessoas trans em situação de extrema pobreza, ofertando cursos de qualificação profissional ou políticas de retomada ao sistema educacional, assim como ações de políticas públicas socioassistenciais que garantam a dignidade

humana dessas pessoas, e com isso, romper com as barreiras transfóbicas existentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Política social: fundamentos e história / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti – 3.ed. – São Paulo: **Cortez**, 2007. P. 192-199. (Biblioteca básica do serviço social; v. 2)

BENEVIDES, BRUNA G. (Org). Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. – Brasília: **Distrito Drag**, ANTRA, 2022.

CAMILLO BONASSI, BRUNA; et. al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, 2015. v. 17(3), P. 83-98.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série assistente social no combate ao preconceito: Transfobia. **Caderno 4**, Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

MARINHO, SILVANA. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**. 2018, v. 21, n. 03, P. 602-610.

PEREIRA, POTYARA. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas / (organizadoras) Ivanete Boschetti, – São Paulo: **Cortez**, 2008. P. 87-106.